

A GÊNESE DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO BRASIL – UM CAMINHO QUE VAI ALÉM DAS COTAS UNIVERSITÁRIAS.

Aluna: Jaciane Braga Silva

Orientadora: Andréia Clapp Salvador

Introdução:

O presente trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa desenvolvido pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A pesquisa, que teve início em julho de 2009, busca investigar as formas de participação de movimentos sociais e de seus ativistas políticos, no processo de constituição das políticas afirmativas. No caso brasileiro, as políticas de viés afirmativo apareceram como uma resposta às exigências feitas por grupos sociais como: negros, mulheres, homossexuais, portadores de deficiência, entre outros, por direitos coletivos e culturais. Esses grupos que vêm se organizando como movimentos sociais, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, têm lutado não só por direitos que historicamente lhes têm sido negados, como também pelo reconhecimento de suas especificidades enquanto grupo social. Desta forma, ao se falar da gênese das políticas afirmativas no Brasil não se pode deixar de enfatizar a ação política realizada pelos movimentos sociais, no processo de elaboração e implementação destas políticas. O nosso ponto de partida para este estudo é o Pré-vestibular para Negros e Carentes, um movimento social de educação popular, que vem desde a década de 90 lutando pela implementação de políticas afirmativas no campo da educação superior.

Objetivos:

O principal objetivo desta pesquisa é identificar os movimentos sociais e lideranças que defenderam, na década de 90, a política de ação afirmativa enquanto instrumento de garantia dos direitos sociais e, posteriormente analisar a sua influência no processo de constituição destas políticas. Para tal buscaram-se identificar algumas das lideranças e/ou ex-lideranças destes movimentos sociais e, a partir do trabalho de campo, reconhecer os principais argumentos e motivações destes sujeitos coletivos.

Metodologia:

Seguindo o cronograma previsto para a realização da pesquisa, no primeiro momento foi feito o levantamento bibliográfico, que buscou identificar uma literatura específica da questão analisada. Logo após a leitura, fizeram-se o fichamento das obras, principalmente com relação ao conceito de movimento social e o seu papel no processo de construção da democracia brasileira. A seguir, o grupo ampliou as leituras e discussões para questões como: políticas de ação afirmativa, relações raciais, desigualdade social e ações afirmativas no Brasil. Neste último ponto foi feita uma reconstrução histórica da trajetória das políticas de ação afirmativa no Brasil e montou-se um banco de dados constituído especialmente por notícias sobre este tema. A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa que segundo Minayo é uma metodologia que trabalha “com o universo de significações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (1994, p. 22). No que se refere ao trabalho de campo, fez-se inicialmente o mapeamento das áreas a serem estudadas e posteriormente, elaboradas as entrevistas. Optou-se pela entrevista semi-estruturada porque consideramos que este seria o instrumento mais adequado para obter

melhores informações contidas nas falas dos atores sociais. O trabalho de campo teve início no primeiro semestre de 2010 quando foram realizadas as primeiras entrevistas com os militantes que fizeram parte da concepção do Pré-vestibular para negros e carentes.

Considerações gerais:

A partir do levantamento bibliográfico, leitura do material, discussão em grupo e participação em seminários, pode-se conhecer algumas formas de ação afirmativa adotadas nos países e suas particularidades. No caso brasileiro percebeu-se que as ações afirmativas têm diversas configurações, que não se restringem as cotas universitárias, ultrapassa esta discussão e vai além, tornando-se presente em ações governamentais desde a década de 1990. Com base em estatísticas recentes, verificou-se que as políticas de ação afirmativa vêm propiciando a inclusão de membros de grupos sociais que vivem em condição de subalternidade, nas universidades do país. Nos últimos oito anos, o número de universidades públicas que passou a adotar algum tipo de política de ação afirmativa, tem subido consideravelmente. Esta nova conjuntura vem confirmar a direção dada pelo Ministério da Educação que, ao adotar políticas de ação afirmativa, passa a garantir uma maior igualdade no acesso de diferentes grupos sociais. Desta forma, estas políticas vêm se constituindo como um caminho viável de garantia dos direitos sociais, contribuindo para a redução da desigualdade social.

Nas entrevistas realizadas com ativistas do PVNC, algumas considerações foram notadamente destacadas: o PVNC, desde a sua gênese, influenciou outros movimentos sociais em diversas partes do país, ampliando assim sua luta pela igualdade no acesso ao ensino superior; a abrangência deste movimento se deu, sobretudo devido à militância dos fundadores e de seus alunos; uma das principais motivações dos líderes, no que se refere a participação no PVNC, veio com a constatação do número reduzido de negros nas universidades brasileiras; o racismo e os dados sobre a desigualdade racial foram os principais argumentos que levaram a participação destes militantes; o foco principal de ação do PVNC se deu a partir do fortalecimento de grupos sociais que viviam em condição de subalternização; o PVNC colaborou na construção de políticas de ação afirmativa no campo do ensino superior, entre outros.

Referências bibliográficas:

GOMES, J. B. B. A recepção do instituto da ação afirmativa no Direito Constitucional Brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, ano 38, n. 151. 2001.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O Desafio do Conhecimento** – Pesquisa qualitativa em Saúde. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MACHADO, E. Acompanhamento e monitoramento das políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras. **Revista desigualdade e diversidade** - Revista de Ciências Sociais da PUC-RIO, n° 1. 2007.